



Ser (e Aprender a Ser) Negro e Quilombola: Notas Sobre um Estudo Etnográfico sobre Processos de Identificação Étnica entre a Escola e o Quilombo em Alto Alegre, Ceará

To Be (and Learn To Be) Negro and Quilombola: Notes on an Ethnographic Study on Ethnic Identification Processes Between School And Quilombo in Alto Alegre, Ceará

Miguel Ângelo Maia da Silva

Universidade Federal do Ceará - UFC. <http://lattes.cnpq.br/5213095274404071>

Alcides Fernando Gussi

Universidade Federal do Ceará - UFC. <http://lattes.cnpq.br/7306722117822350>

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar, em linhas gerais, resultados parciais de análises de dados obtidos em uma escola pública de Ensino Fundamental situada em terras quilombolas na zona rural do município de Horizonte, Ceará. Trata-se dos resultados de uma pesquisa que consistiu em analisar, por meio de um estudo etnográfico, a implementação da política de ação afirmativa, instituída em âmbito nacional pelo Estado brasileiro, fundamentada na Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003, tendo como questão central a construção das representações identitárias construídas no quilombo de Alto de Alegre em comparação com as relações étnico-raciais na escola Pedro Eduardo Siqueira. Observou-se que os processos de identificação étnica em referência a ser negro e quilombola são distintos. Na escola, existe uma negação da etnicidade; já na comunidade quilombola de Alto Alegre, há uma positividade da afirmação de identidade étnico-racial, sobretudo verificada em eventos que ocorrem coletivamente no Centro Cultural Negro Cazuza.

Palavras-chave: identidade étnico-racial; cultura escolar; quilombola.

Abstract: This work aims to present, in general, partial results of data analysis obtained in a public elementary school located in quilombola lands in the rural area of the municipality of Horizonte, Ceará. These are the results of research that consisted of analyzing, through an ethnographic study, the implementation of the affirmative action policy, instituted at the national level by the Brazilian State, based on Law 10.639 of January 9, 2003, with the question central to the construction of identity representations constructed in the Alto de Alegre quilombo in comparison with ethnic-racial relations in the Pedro Eduardo Siqueira school. It was observed that the processes of ethnic identification in reference to being black and quilombola are distinct. At school, there is a denial of ethnicity, while in the Quilombola community of Alto Alegre, there is a positive affirmation of ethnic-racial identity, above all, verified in events that take place collectively at the Centro Cultural Negro Cazuza.

Keywords: ethnic-racial identity; school culture; quilombola.

INTRODUÇÃO

Entre os anos de 2017 e 2019, durante a realização do Mestrado em Educação Brasileira, pela Universidade Federal do Ceará, foi realizada pesquisa de campo na escola Pedro Eduardo Siqueira¹, uma escola pública de Ensino Fundamental da zona rural do município de Horizonte², Ceará, situada em área territorial da comunidade quilombola de Alto Alegre.³

A pesquisa consistiu em analisar, por meio de um estudo etnográfico, a implementação da política de ação afirmativa instituída pelo Estado brasileiro em âmbito nacional, a Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, e que, no caso das escolas de Ensino Fundamental da rede pública do município de Horizonte, em 2007, foi transformada em disciplina da grade curricular. Tal pesquisa teve como escopo inicial compreender o impacto do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no processo de construção da identidade sociocultural dos alunos quilombolas de Alto Alegre. Contudo, a partir da imersão no campo e dos primeiros dados que foram coletados, a pesquisa ganhou novos parâmetros e se desenvolveu tendo como questão central as construções das representações identitárias construídas no quilombo de Alto de Alegre em comparação com as da escola Pedro Eduardo Siqueira, procurando refletir acerca dos múltiplos significados do ser negro em uma comunidade remanescente de quilombo frente à escola.

Este trabalho tem como objetivo apresentar, em linhas gerais, a análise dos resultados obtidos durante a pesquisa. Assim, na segunda seção serão apresentados o momento de institucionalização da disciplina de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Rede de Ensino do município de Horizonte, lócus da pesquisa etnográfica, o contexto histórico-político da época de sua formulação e as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da educação de Horizonte para implementar a Lei 10.639/03 como disciplina.

Na terceira seção será apresentado o momento da entrada no campo da pesquisa. Nesta seção é feito um breve relato das primeiras experiências em campo e de como foi desenvolvida a pesquisa. Como será visto, os dados coletados em campo deram novos rumos à pesquisa, sendo necessário reformular seu problema e ampliar o foco de investigação.

Na quarta seção serão apresentados, de forma sintética, os resultados e análises da pesquisa em relação aos processos de identificação étnica em referência

1 Para preservar o anonimato de algumas pessoas, o nome da escola e de alguns sujeitos que aparecem neste trabalho foram modificados.

2 Horizonte está localizado na Região Metropolitana de Fortaleza, a cerca de 40 km da capital cearense. Sua população atual é estimada em 68.529 pessoas (IBGE, 2020), distribuídas em uma área geográfica de 160 km², dividida em quatro distritos: Aningas, Dourado, Queimadas e a sede do município.

3 A comunidade de Alto Alegre foi reconhecida legalmente pela Fundação Cultural Palmares como remanescente de comunidades de quilombos em 2005. Geograficamente, o território quilombola compreende outras comunidades, além da comunidade de Alto Alegre como, o Cajueiro da Malhada, o Alto do Estrela, o Alto da Boa Vista e a Vila Nova, todas localizadas no distrito de Queimadas, além da comunidade da Base, que fica situada em terras do município de Pacajus.

a ser negro e quilombola na escola Pedro Eduardo Siqueira e no quilombo de Alto Alegre.

Por fim, na Conclusão, pontua-se, com a experiência de pesquisa na escola Pedro Eduardo Siqueira, que as políticas públicas de combate ao racismo, desenvolvidas pelo Estado brasileiro, em particular, a implementação da Lei 10.639/03 na Rede de Ensino do município de Horizonte, por si só, não garantem mudanças significativas no que diz respeito à promoção da igualdade racial em nossa sociedade.

A IMPLEMENTAÇÃO DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE HORIZONTE

O surgimento da disciplina de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no município de Horizonte está atrelado ao processo de autorreconhecimento da comunidade quilombola de Alto Alegre e à aplicação da Lei 10.639/2003. Segundo o professor Edilberto de Almeida⁴, logo após a certificação de autorreconhecimento da comunidade quilombola de Alto Alegre, emitida pela Fundação Cultural Palmares, em 2005, o município de Horizonte, por meio de suas várias secretarias e juntamente com a unidade gestora da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) no município, começou a desenvolver ações para promover “a igualdade racial”.

Os primeiros trabalhos de promoção da igualdade racial no contexto do sistema de educação de Horizonte foram realizados por meio de projetos pedagógicos nas escolas e tinham como principal finalidade combater o racismo e abordar os conteúdos de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Porém, devido ao pouco conhecimento teórico que professores e professoras tinham a respeito da temática da educação para as relações étnico-raciais, e até mesmo à falta de material pedagógico para subsidiá-los, a Secretaria de Educação do município de Horizonte, em comunhão com os profissionais da educação, entendeu que era necessário criar um meio para promover a formação docente. Dessa necessidade surgiu, em 2006, o programa de formação continuada para a Educação das Relações Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, existente até os dias de hoje.

Inicialmente, a formação se deu de maneira presencial, contendo alguns momentos de estudo à distância. Os professores se reuniam uma vez a cada mês na Secretaria de Educação para estudar a temática, falar sobre os seminários que realizavam em suas respectivas escolas e trocar experiências sobre suas vivências em sala de aula. Depois, surgiu por parte da Secretaria de Educação uma proposta de um curso de 120 horas junto à SECAD-MEC. O curso teve como tema “Programa

4 O professor Edilberto de Almeida foi o primeiro técnico da Secretaria de Educação de Horizonte responsável pela formação dos professores de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Atualmente ele é professor efetivo de Geografia do Município de Horizonte e da rede pública do Estado do Ceará.

da História Africana para a Formação dos Educadores” e foi dividido em três etapas de 40 horas (Lima; Félix, 2009).

A partir dessa experiência, em 2007, a Secretaria de Educação criou um grupo de trabalho para construir coletivamente uma proposta curricular para o Ensino Fundamental II, o GT de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O GT tinha como principais atribuições: elaborar os Referenciais Curriculares Básicos da História e Cultura Afro-brasileira e Africana; sistematizar, organizar e/ou produzir materiais didáticos; fazer o acompanhamento técnico-pedagógico aos professores responsáveis por implementar o novo currículo; e fazer o registro histórico do processo de construção das políticas públicas municipais de promoção da igualdade étnico-racial e de inclusão dos afrodescendentes no município (Lima; Félix, 2009).

Sobre o contexto de implantação da disciplina, História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no município de Horizonte, o professor Edilberto de Almeida lembra que:

(...) Nós, professores de Horizonte ligados ao ensino de humanas, fomos convidados para uma formação com o professor e pesquisador da UFC, Dr. Henrique Cunha. A proposta do curso era a inclusão da Lei nas escolas do município. Formamos naquele momento um grupo de 40 professores e deste curso plantamos algumas sementes. O trabalho começou no chão da escola de forma desorganizada, sem muito critério de conteúdo, sequência didática etc. Foi um momento muito difícil. Posteriormente, por conta de nossa dificuldade, começamos a formar um GT (grupo de estudos em História afro-brasileira e africana SMH) com o intuito de organizar material didático para as discussões em sala de aula. Desse GT saiu uma pessoa que ficou na Secretaria de Educação como técnica e fazia uma ponte conosco, professores. Daí, passamos a ter encontros mensais com todos os professores que ensinavam história africana, e a Secretaria de Educação apresentou pedido ao Conselho Estadual de Educação para a criação de uma disciplina (...) (Diário de campo, 27.04.2018).

Para a professora Nazaré⁵, embora houvesse naquele momento “muito empenho dos professores em desenvolver um bom trabalho com o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em sala de aula junto aos alunos, os primeiros anos de trabalho com a disciplina foram bastante difíceis”. Tudo era novo para os professores. A Lei 10.639/2003, a disciplina, o conteúdo, a situação em sala de aula, o fato de os professores lecionarem outras disciplinas e terem que ministrar mais uma, em suma, a demanda era grande.

Além disso, a maioria dos professores não havia estudado a temática das relações étnico-raciais em sua graduação, e alguns nem sequer tinham formação específica em História. O professor Edilberto de Almeida conta que, aliada a isso,

5 A professora Nazaré ministra aula de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana desde o período de criação da disciplina. Atualmente ela deu entrada em sua aposentadoria.

havia a “falta de material didático, de domínio de conteúdo, de conceitos ou mesmo de informações gerais sobre o tema”. E ainda revelou que naquele período:

Era uma loucura. Para nós, esse momento inicial foi muito frustrante. Nossos colegas ficavam rindo da gente ao ver nosso desespero para entrar em sala e ministrar uma aula que nós não sabíamos direito para onde direcionar, que objetivos teria que atingir. Nos encontros pedagógicos, cada um ia relatando suas angústias, o que trabalhou, como trabalhou, e essa espécie de terapia de grupo foi muito importante na época. Nos deu força e dividiu nossas angústias (Diário de campo, 27.04.2018).

Mas, para o professor Edilberto de Almeida, os maiores problemas enfrentados por eles nos primeiros anos de implantação da disciplina, no município de Horizonte, não estavam apenas no que ensinar e como ensinar. Ele conta que as maiores dificuldades enfrentadas na época:

(...) Eram a incompreensão, a aceitação e mesmo a falta de informação por parte de colegas professores, diretores, pais de alunos, comunidade e mesmo outros técnicos de educação de CREDES, ou ainda do próprio movimento negro sobre a implantação dessa disciplina. Escutamos de tudo. Lembro que certa vez, fui representando a Secretaria de Educação de Horizonte no fórum estadual de educação e diversidade étnico-racial, e lá um dos membros colocou que a ideia de tornar a Lei 10.639/2003 em disciplina somente iria reforçar o preconceito sobre a temática. Uma vez também, que o próprio alunado iria ver como algo chato, pois teria que se preocupar com notas etc. Nas próprias escolas de Horizonte, vez por outra, em nossos encontros mensais, alguém chegava relatando que determinado professor ou mesmo diretor dizia que tinha muita dificuldade de fazer lotação por conta dessa disciplina ou mesmo não fazia sentido ensinar duas vezes sobre a mesma coisa. Isto se refere à já existente disciplina de História. Alguns iam mais longe e afirmavam que “era muito exclusivismo ter uma disciplina para tratar de um tema bem específico. Depois teria que criar uma disciplina para tratar somente de gays, das drogas” etc. Foi muita coisa que nós passamos, ouvimos e digerimos (Diário de campo, 27.04.2018).

Atualmente, a disciplina de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana é ministrada uma vez por semana em todas as séries do Ensino Fundamental e tem duração de cinquenta minutos. A maioria dos professores que ministram a disciplina tem licenciatura em História e participa, uma vez por mês, às quintas-feiras, da formação continuada ofertada pela Secretaria de Educação de Horizonte.

A ENTRADA NO CAMPO E AS (RE)CONSTRUÇÕES DA PESQUISA ETNOGRÁFICA

A primeira fase da pesquisa iniciou-se na escola Pedro Eduardo Siqueira no dia 04 de setembro de 2017 e se estendeu até o dia 04 de dezembro do mesmo ano. Ela ocorreu durante a disciplina “Antropologia, Etnografia e Educação”, no decorrer do mestrado, como um experimento etnográfico, com a ideia de ir ao campo de pesquisa para iniciar o estudo a partir do fazer etnográfico.

Em princípio, essa atividade foi vista apenas como uma atividade-treino, um preparativo para a realização do trabalho de pesquisa do mestrado que, de acordo com o cronograma de pesquisa planejado, só se iniciaria em 2018.

Porém, a ida a campo permitiu repensar a maneira como deveria encarar esse experimento etnográfico e revelou potencialidades do trabalho de pesquisa antropológica na área de educação, pelo fato de estar lidando diretamente com a cultura dos sujeitos pesquisados. Captar e comunicar vários aspectos da cultura desses sujeitos a outrem, por meio de um trabalho etnográfico, exige muito esforço e aprofundamento do pesquisador, pois, como salienta Ezpeleta e Rockwell (1989, p.24):

Chegar às escolas que vão ser observadas e registrar o que se observa supõe múltiplas tensões para o pesquisador. Mesmo quando a preparação prévia tenha colocado em dúvida os preconceitos e estejam claros os problemas teóricos que demarcam a busca, impõe-se, de todos os modos, uma vigilância permanente. Deduz-se também das abrangentes perguntas iniciais uma ampla e inquietante determinação para o registro da informação de campo: registrar “tudo” o que se vê. Não é fácil.

As primeiras experiências em campo foram causadoras de múltiplas tensões sobre como se devia começar a fazer a pesquisa, especialmente sobre o próprio fazer etnográfico. Mas, afinal, o que registrar? Como realizar uma etnografia num ambiente que parece tão familiar, como é o caso do espaço escolar para um professor? Como não levar para o campo ideias preconcebidas e mergulhar na cultura nativa quando ainda se é “um antropólogo em construção”, ainda mais quando se trata de um primeiro experimento etnográfico?

Malinowski (1997, p. 23) dá uma das pontas do fio de Ariadne para podermos percorrer esse labirinto quando diz que: “O etnógrafo não tem apenas de lançar as redes no local certo e esperar que algo caia nelas. Tem de ser um caçador ativo e conduzir para lá a sua presa e segui-la até os esconderijos mais inacessíveis”

Contudo, no caso desse experimento etnográfico proposto, faz-se necessário compreender as ferramentas e as circunstâncias dessa investigação inicial, bem como seus processos de construção.

Tendo em vista que o campo de observação inicial desta pesquisa era o de compreender como o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana associa-se a processos de identificações socioculturais dos alunos quilombolas

de Alto Alegre, antes de iniciá-la, contudo, realizou-se um estudo bibliográfico que se acreditava ser pertinente, naquele momento, para a realização da pesquisa no ambiente escolar. Focou-se, nesse estudo bibliográfico, no conceito de identidade e buscou-se, principalmente na teoria antropológica, embasamento teórico sobre identidade nos estudos indigenistas de Roberto Cardoso de Oliveira. Em seu livro, “Identidade, Etnia e Estrutura Social”, Oliveira (1976) busca dar uma explicação para as relações interétnicas e suas repercussões no indivíduo e na sociedade, optando por trabalhar o conceito de identidade no sentido coletivo, seguindo o princípio de Durkheim de estudar o social pelo social, ou seja, entendendo a identidade étnica como uma forma de identidade social. Em sua análise, Oliveira concebe o conceito de grupo étnico, a partir do estudo de Fredrik Barth (1969), como um tipo organizacional.

Foram importantes também, para a compreensão do conceito de identidade, os estudos de Gussi (1996), que, em sua dissertação, analisa como diversas identidades americanas se constroem e se reformulam ao longo do tempo num jogo constante entre lembranças e esquecimentos, a partir de estudos sobre a descendência de imigrantes norte-americanos confederados do interior de São Paulo. Aproximando-se da noção de identidade da Antropologia, em seu estudo, Gussi (1996) reconhece que há uma dificuldade em se trabalhar com essa categoria, ainda mais porque os antropólogos a colocam em suspeita e a desconstróem analiticamente, mesmo utilizando-a para compreender os diversos universos empíricos.⁶

Ainda, utilizaram-se, para pensar a categoria identidade, os estudos de Stuart Hall (2005). O autor defende o argumento de que a modernidade, com suas transformações profundas, provocou uma “crise de identidade” que fragmentou o homem moderno e o descentrou, modificando o entendimento do ser humano sobre si mesmo e sobre o mundo que o cerca. Para Hall, a identidade de um grupo é algo construído ao longo do tempo por meio de “processos inconscientes”. Devido ao fato de a identidade ser formada pela comunicação com diversos grupos e pela absorção de traços culturais diferenciados, ela tem um caráter dinâmico e está em constante construção.

Isso posto, por base que os grupos étnicos são um tipo de organização social (Barth, 2011), e que a “identificação étnica refere-se ao uso que uma pessoa faz de termos raciais, nacionais ou religiosos para se identificar e, desse modo, relacionar-se aos outros” (Oliveira, 1976, p. 2), partiu-se da ideia que as identidades negras e quilombolas contemporâneas constituem representações e práticas em construção, e a questão educativa permite apresentar estratégias de construções identitárias, nas quais os sujeitos vão reagindo aos contextos locais, nacionais e globais ao longo de uma história de adaptação por invenção e empréstimos seletivos (Barth, 2011).

Porém, a orientação deste trabalho inicial, um experimento etnográfico, foi a de ir ao campo de pesquisa para treinar o olhar, o ouvir e o escrever (Oliveira, 2000), a partir daquilo que Geertz (2002) chamou de “estar lá”. Não que a teoria não fosse relevante para o desenvolvimento da pesquisa. Mas, nesse momento, o intuito era

⁶ Ver trabalho de Ruben (1988, 1992).

compreender a importância, na pesquisa empírica, do pesquisador viver a situação de estar no campo (Oliveira, 2000). Tratou-se, mesmo inspirado nas teorias, de ir reconstruindo questões pertinentes no trabalho de campo.

Então, o ponto de partida foi chegar à escola com o objetivo de observar todos os seus espaços sociais. Para tanto, foram utilizados, como métodos e técnicas de pesquisa, a observação participante (Malinowski, 1997) e registros em diário de campo, a análise de documentos oficiais da escola, como o PPP e diários de professores, e entrevistas livres com alunos, docentes, gestores escolares e demais funcionários da escola. Nessa etapa, um dado revelado pelo diretor se destacou como marco inicial de investigação: a negação da etnicidade, fato que tem levado muitos alunos a não aparecerem nos espaços públicos como negros e quilombolas na escola.

Mesmo não tendo observado a dita “negação da etnicidade”, revelada pelo diretor Paulo Roberto, na segunda etapa da pesquisa, entre fevereiro de 2018 e dezembro do mesmo ano, para entender melhor esse dado, foi entendido que o estudo etnográfico não poderia se limitar apenas ao espaço da escola. Era necessário ter um olhar holístico do contexto, para além da escola, o que significou estar atento ao que ocorria na comunidade quilombola de Alto Alegre.

Nesses termos, foi reformulado o referencial teórico ao passar a se pensar a escola como um espaço de construção sociocultural, no sentido definido por Dayrell (2001), o que implica, em “resgatar o papel dos sujeitos na trama social que a constitui, enquanto instituição” (Dayrel, 2001, p.136), e, entendendo que “a educação existe sob tantas formas e é praticada em situações tão diferentes, que algumas vezes parece ser invisível, a não ser nos lugares onde pendura alguma placa na porta com o seu nome” (Brandão, 2007, p. 16). Coadunado com isso, também, foi ampliado o foco empírico da pesquisa, passando a ser desenvolvido em outros locais além da Escola Pedro Eduardo Siqueira, em especial junto à comunidade quilombola de Alto Alegre, que aglutina espaços de educação formal, como o Núcleo de Promoção das Políticas de Igualdade Racial de Horizonte (NUPPIRH), e espaços de educação informal, como as atividades que ocorrem no Centro Cultural Negro Cazuya. A pesquisa passou a ter como foco a observação de como a questão étnica apresentava-se na comunidade quilombola de Alto Alegre.

Nessa etapa, além de observações e entrevistas livres com os diversos sujeitos dos espaços pesquisados, realizaram-se registros por meio de fotografias e vídeos das diversas atividades ocorridas nesses espaços. As observações registradas nos espaços da comunidade de Alto Alegre demonstram que, ao contrário da escola, existe uma certa positividade da identidade étnica, sobretudo em eventos que ocorrem coletivamente no Centro Cultural Negro Cazuya⁷. Assim, a pesquisa se desenvolveu tendo como questão central as representações identitárias construídas no quilombo de Alto de Alegre em comparação com as da escola Pedro Eduardo Siqueira, procurando refletir acerca do que significa ser um membro de uma comunidade remanescente de quilombo frente à cultura escolar.

7 Foi feita observação das atividades educativas que ocorrem no NUPPIRH junto às crianças de 06 a 14 anos e ao grupo de mulheres da comunidade. Também foi feita observação da Exposição Biwá e do lançamento do Projeto Capulana Quilombola.

A terceira etapa da pesquisa, entre janeiro e abril de 2019, se deu apenas na escola Pedro Eduardo Siqueira e no NUPPIRH, uma vez que se pretendia dar continuidade às observações junto aos alunos de Alto Alegre nos espaços de educação formal. Nessa etapa, continuou-se a fazer observação participante com registro em diário de campo. Os dados demonstram, como será exposto a seguir, que, no NUPPIRH, diferentemente da escola, os alunos de Alto Alegre não apresentam timidez, embora se constate que em muitos aspectos o ambiente de aprendizagem do NUPPIRH se assemelhe ao da escola.

RESULTADOS DA PESQUISA: SER NEGRO E QUILOMBOLA

Os processos de identificação étnica em referência a ser negro e quilombola na escola Pedro Eduardo Siqueira e no quilombo de Alto Alegre são distintos. Na escola, cotidianamente, existe uma negação da etnicidade. Essa negação é marcada pelo estigma, pelo preconceito e pela invisibilidade dos alunos pela cultura institucional/escolar, e não apenas pela invisibilidade dos alunos negros, mas sim de todos os alunos, como sujeitos históricos e sociais (Dayrell, 2001).

No caso específico da questão étnica na escola, observou-se que essa invisibilidade dos alunos pela cultura escolar e as diferentes situações de preconceito têm produzido um comportamento de timidez entre alguns alunos quilombolas de Alto Alegre, fato que tem levado muitos desses alunos a não querer aparecer nos espaços públicos da escola como negros e quilombolas.

Nota-se que, mesmo sendo do conhecimento de alguns professores e membros da gestão a existência desse comportamento de timidez entre alguns alunos quilombolas de Alto Alegre, pouco se faz para combater tal situação. A própria temática étnico-racial não é discutida abertamente pelas pessoas da comunidade escolar.

Na verdade, o que se vê na escola é que a temática étnico-racial fica restrita às aulas de História e Cultura Afro-brasileira e Africana e só assume um lugar de destaque nas atividades escolares no mês de novembro, durante a “Semana da Consciência Negra”, como um momento pro forma, quando os professores de outras disciplinas, que não trabalham a temática ao longo do ano por alegarem não ter tempo, produzem algum tipo de material didático para apresentarem na “culminância de Afro”, transformado esse evento em um momento folclórico, no qual é mais importante “fazer uma selfie” que comprove para os técnicos pedagógicos da Secretaria de Educação que o trabalho em torno das relações étnico-raciais foi realizado do que discutir a relação de preconceito e discriminação que podem, eventualmente, ocorrer na escola.

Mesmo havendo esforço e dedicação por parte de alguns professores que lecionam a disciplina de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, observa-se que isso não tem sido suficiente para combater o preconceito e a discriminação na escola pesquisada. Problemas como falta de material didático, professores sobrecarregados por trabalharem em mais de uma disciplina, situação de indisciplina

dos alunos em sala de aula, mais interessados pelo futebol e pelas “batalhas do Free Fire” do que pelo conteúdo ministrado pelo professor, não colaboram para o desenvolvimento da disciplina de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em sala de aula.

Soma-se a isso o fato de os(as) professores(as) ficarem inseguros em discutir a temática étnico-racial em sala de aula por conta da situação de timidez dos alunos de Alto Alegre. Ocorre que, muitas vezes, os(as) professores(as) não sabem lidar com essa situação nem têm elementos suficientes para combater isso claramente e, em vez de a disciplina combater essa situação, acaba por reforçá-la.

No entanto, observa-se que o trabalho com a disciplina vem fazendo algumas transformações positivas, mesmo que de maneira lenta e sem combater sistematicamente o racismo na escola, principalmente o trabalho com os Projetos de Pesquisa Temática⁸ do professor Fernando, que tem trabalhado com os alunos suas histórias de vida e seu pertencimento étnico.

Já, na comunidade quilombola de Alto Alegre, especificamente no NUPPIRH e no Centro Cultural Negro Cazuza, ao contrário da escola, existe uma positividade da identidade étnica, sobretudo nos eventos que ocorrem coletivamente no Centro Cultural Negro Cazuza.

Observa-se que, na comunidade, os trabalhos dos agentes étnicos locais⁹ têm sido importantes para o desenvolvimento e a manutenção da comunidade como um grupo organizado etnicamente. Nos eventos coletivos existe uma construção clara da memória coletiva e da lembrança na qual, geralmente, a identidade do grupo é evocada pelas lembranças dos mais velhos sobre um fato ou personagem da comunidade por meio da narrativa do mito fundacional.¹⁰

Observa-se ainda que a afirmação da identidade do grupo é um processo em construção e é articulada politicamente na interação social entre seus membros, e pessoas de fora da comunidade (como a interação de pessoas com interesses políticos, como vereadores, e interesses acadêmicos, como professores e pesquisadores) durante os vários eventos que ocorrem no quilombo de Alto Alegre como, por exemplo, no desfile da Beleza Negra, no lançamento do Projeto Capulana

8 Em 2016, tendo em vista um redimensionamento e a resignificação do processo de ensino-aprendizagem relativo à educação étnico-racial, realizado com os estudantes da rede de ensino do município de Horizonte, foi implantado, na formação de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, o Projeto de Pesquisa Temática. O projeto ocorre ao longo do ano e tem que ser desenvolvido pelo professor de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, em colaboração com a gestão escolar e com os professores das outras disciplinas.

9 Chamamos de agentes étnicos locais os sujeitos que vêm assumindo papéis de liderança na comunidade de Alto Alegre. Esses sujeitos, por meio da tradução, têm dado outros significados às diretrizes que chegam de fora à comunidade.

10 O conceito de mito, aqui empregado, é entendido não apenas no sentido etimológico de narração pública de feitos lendários da comunidade, mas também no sentido antropológico, no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não são resolvidos no nível da realidade (Chauí, 2000). Assim, “um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias” (Chauí, 2000, p. 5).

Quilombola, na Exposição Biwá.¹¹

Mas, assim como ocorre na escola, a timidez e a vergonha também aparecem na comunidade, principalmente no contexto de submissão histórica das pessoas de Alto Alegre ao coronelismo local.¹² Porém, diferentemente da escola, quando esse processo de lembrança é evocado, nesses eventos coletivos, surge uma afirmação étnica positiva, que vem a enfrentar toda essa situação estrutural de timidez e de vergonha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados da pesquisa etnográfica assinalam que, na escola Pedro Eduardo Siqueira, a identidade negra e, principalmente, a quilombola, apresentam-se sempre quando surge alguma situação em que há o reforço de uma ação contrastiva, ou seja, em momentos nos quais os sujeitos precisam afirmar sua identidade étnica. Embora exista esforço por parte de alguns professores para combater essa situação, no geral, cotidianamente, ela é invisibilizada. Na verdade, observou-se durante a pesquisa que a discussão do racismo e de temas afins em sala de aula constitui um tabu, uma vez que se evita discuti-los devido ao constrangimento que alguns alunos da comunidade quilombola de Alto Alegre apresentam quando são expostos à temática étnico-racial.

Entende-se, com a experiência de pesquisa na Escola Pedro Eduardo Siqueira, que as políticas públicas de combate ao racismo, desenvolvidas pelo Estado brasileiro, em particular, a implementação da Lei 10.639/03 na Rede de Ensino do município de Horizonte, por si só, não garantem mudanças significativas no que diz respeito à promoção da igualdade racial em nossa sociedade. No entanto, acredita-se que a ação educativa, mesmo com todos os limites impostos pela cultura escolar e pela escola conversadora, pode representar estratégias de combate ao racismo, permitindo construções identitárias positivadas — a ser e aprender a ser negro e quilombola — nas quais os sujeitos vão reagindo aos contextos locais, nacionais e globais ao longo de uma história marcada pelas desigualdades e racismos.

11 Como exemplo desse tipo de evento destacamos a Exposição Biwá, ocorrida no dia 26 de novembro de 2018. A exposição tem peças artísticas criadas por mulheres de seis comunidades quilombolas do município de Caucaia, Ceará (Serra do Juá, Serra da Conceição, Porteirias, Capuan, Serra da Rajada e Boqueirãozinho). Segundo Cláudia Quilombola, a exposição Biwá nasceu meio por acaso, devido a uma pesquisa que ela fez, entre os anos de 2014 e 2015, em sua comunidade, Serra do Juá. Naquele período, ela havia reunido a comunidade para falar sobre “o pertencimento afro quilombola e nesse pertencimento a gente queria que as pessoas falassem de sua história de vida. Mas, (...) quando a gente falava com as pessoas, elas não se lembravam do passado, ou então, elas estavam travadas” (Diário de campo, 26.10.2018). Foi devido a essa dificuldade de se lembrar do passado que foram surgindo os elementos que dariam mais tarde o material que comporia a Exposição Biwá.

12 Observa-se que a questão “da timidez” dos alunos de Alto Alegre na escola tem relação com o próprio contexto histórico-social no qual as pessoas dessa mesma comunidade cresceram. Um ambiente marcado pelo domínio político e econômico dos grandes proprietários de terras (brancos) de Queimadas sobre as pessoas da comunidade de Alto Alegre (negras). Geralmente, relações sociais marcadas pela exploração trabalhista, pelo constrangimento e pelo preconceito.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 2007.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária.** [S.l: s.n.], 2000.
- DAYRELL, J. **A escola como espaço sociocultural.** In: DAYRELL, J. (Org.) *Múltiplos olhares sobre educação e cultura.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p. 136-161.
- EZPELETA, Justa; ROCKWELL, Elsie. **Pesquisa Participante.** 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.
- GEERTZ, C. **Obras e Vidas: o antropólogo como autor.** Rio de Janeiro: Ufrj, 2002.
- GUSSI, Alcides Fernando. **Identidades no contexto transnacional: lembranças e esquecimentos de ser brasileiro, norte-americano e confederado de Santa Bárbara d'Oeste e Americana.** 1996. 184f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280536>>. Acesso em: 21 jul. 2018.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 10. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.
- LIMA, J. E. S.; FÉLIX, M. D. S. **As relações raciais e o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na formação de professores e no currículo.** In: SANTOS, F. K. S. dos. *Abrindo trilhas para os saberes: formação humana, cultura e diversidade.* Fortaleza: SEDUC, 2009.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **"Os Argonautas do Pacífico Ocidental - Introdução: objeto, método e alcance desta investigação"** in *Ethnologia*, n.s., nº 6-8, 1997, pp. 17-37.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade, etnia e estrutura social.** São Paulo: Pioneira, 1976.
- _____. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever in: Trabalho do Antropólogo.** São Paulo: Ed. Unesp; paralelo 15, 2000. p 17-35.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jcelyne. **Teorias da etnicidade: seguidas de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth.** 2. ed. SP: Ed. Unesp, 2011.
- RUBEN, Guilherme. **Teoria da identidade: uma crítica.** Anuário Antropológico/86. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.
- _____. **As identidades e nacionalidades latino-americanas no contexto transnacional.** In: ZARUR, G. (org.). *Identidades na América Latina.* Vol. I. N.44. Flacso, 1992.